

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

CNPJ nº 61.699.567/0013-26

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2019. São Paulo, 28/02/2019. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Ativo Circulante	63.602.522,44	60.254.074,92	Passivo Circulante	63.370.392,18	59.434.354,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	875.542,01	469.349,51	Fornecedores (Nota 3.8)	1.988.025,02	3.807.948,29
Caixa	-	5.000,00	Serviços de Terceiros Pessoa Física/ Jurídica (Nota 3.9)	3.833.007,03	6.242.413,62
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	218,45	50.988,16	Salários a pagar (Nota 3.10)	2.528.665,67	2.343.911,74
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	875.323,56	413.361,35	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	753.961,98	1.240.542,56
Contas a Receber	61.575.691,67	58.472.832,48	Provisão de férias (Nota 3.13)	5.179.450,66	5.638.398,64
Pref. Município de Guarulhos (Nota 3.3.1)	28.176.670,51	25.251.668,62	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	413.670,25	450.611,15
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.3.2)	13.653.428,53	12.785.914,56	Provisão de PIS sobre férias (Nota 3.13)	51.794,47	56.384,02
Valores em Negociação - Convênio (Nota 3.3.3)	19.745.592,63	20.435.249,30	Estimativa de rescisão contratual (Nota 3.14)	13.653.428,53	12.785.914,56
Outros Créditos	630.567,06	624.365,31	Impostos a recolher (Nota 3.12)	1.052.117,30	931.686,24
Antecipações salariais (Nota 3.4.2)	18.135,08	13.937,22	Obrigações Tributárias (Nota 3.16)	172.437,70	289.849,55
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.4)	37.654,37	29.391,80	Empréstimo a funcionário	-	-
Depósito judicial (Nota 3.4.5)	47.484,32	53.743,00	Lei 10.820/03 (Nota 3.17)	144.222,05	130.128,37
Valores a Recuperar (Nota 3.4.6)	527.293,29	527.293,29	Acordo Trabalhista a pagar (Nota 3.18)	816,50	61.850,00
Estoques	520.721,70	687.527,62	Outras contas a pagar (Nota 3.20)	73.680,00	1.307,00
Estoque Materiais e Medicamentos (Nota 3.6)	520.721,70	687.527,62	Recebimento de materiais de terceiros (Nota 3.23)	-	417.946,13
Ativo Não Circulante	538.876,14	505.316,37	Financiamentos/Empréstimos/ Parcelamentos (Nota 3.22)	10.982.924,46	12.430.000,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7 e 3.7.1)	372.110,13	484.420,67	Outros valores de terceiros (Nota 3.24)	-	87.798,30
Imobilizado - Bens de Terceiros	2.634.691,78	2.604.153,83	Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.21)	22.542.190,56	12.517.664,79
Ajuste vida útil econômica Bens de Terceiros (2.262.581,65)	(2.262.581,65)	(2.119.733,16)	Passivo Não Circulante	771.006,40	635.379,66
Ativo Intangível	166.766,01	20.895,70	Provisão de Despesa Processos	-	-
Intangível - Terceiros (Nota 3.7 e 3.7.1)	203.455,29	41.800,00	Trabalhistas (Nota 3.19)	232.130,26	130.063,29
Ajuste vida útil econômica Intangível Terceiros (36.689,28)	(36.689,28)	(20.904,30)	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7)	2.838.147,07	2.645.953,83
Total do Ativo	64.141.398,58	60.759.391,29	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis Terceiros (Nota 3.7.1)	(2.299.270,93)	(2.140.637,46)
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2018	2017	Descrição	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1 - Receitas	87.589.728,19	94.447.014,92
Resultados do exercício/período	-	-	1.1) Prestação de serviços	72.808.907,02	78.592.808,25
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
Depreciação e amortização	-	-	1.3) Outras Receitas	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	(-) Receitas Anuladas do Exec. An	98.396,71	762.728,96
Ajuste nas contas patrimoniais (689.656,67)	689.656,67	-	1.4) Isonção usufruída sobre contribuições	14.682.424,46	15.091.477,71
Variações nos ativos e passivos	-	-	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	21.961.303,20	23.404.000,01
(Aumento) Redução em contas a receber (3.109.060,94)	35.524.510,01	-	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	5.660.474,97	5.342.473,66
(Aumento) Redução em estoques (251.140,21)	35.420,49	-	2.2) Serviço de terceiros e outros	16.207.273,08	17.997.246,89
Aumento (Redução) em fornecedores (3.878.040,54)	1.237.132,24	-	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	48.555,36	217,00
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões (9.781.166,40)	(38.026.463,49)	-	2.4) Outros	44.999,79	64.062,46
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros (33.559,77)	(187.812,50)	-	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) - Retenções	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	1.886.827,81	(727.556,58)	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	65.628.424,99	71.043.014,91
(-) Compras de imobilizado	-	-	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	115.314,80	24.923,57
(-) Adição de Bens de Terceiros (33.559,77)	187.812,50	-	6.1) Receitas financeiras	115.314,80	24.923,57
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	65.743.739,79	70.067.938,48
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(33.559,77)	187.812,50	8 - Distribuição do Valor Adicionado	65.743.739,79	71.067.938,48
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			8.1) Pessoal e encargos	49.044.813,66	51.051.200,71
Empréstimos tomados	800.760,52	153.473.458,72	8.2) Impostos, taxas e contribuições	1.898,29	3.631,65
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures (2.247.836,06)	(152.470.458,72)	-	8.3) Juros	1.032.105,24	3.791.111,45
Juros pagos por empréstimos	-	-	8.4) Aluguéis	982.498,14	1.130.516,96
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(1.447.075,54)	1.003.000,00	8.5) Isonção usufruída sobre contribuições	14.682.424,46	15.091.477,71
Aumento (Redução) nas disponibilidades	406.192,50	463.255,92	8.6) Lucros retidos / prejuízo do exercício	-	-
No início do período	469.349,51	6.093,59			
No final do período	875.542,01	469.349,51			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2018 e 2017

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Unidade Gerenciada - Filial Pimentas Bonsucesso - SP:** A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi construída no bairro dos Pimentas, no município de Guarulhos, com verba federal e convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, tem por objetivo atender de forma equânime conforme os princípios do SUS, prestando serviços de assistência à saúde pública, com qualidade e compromisso social. A unidade é um hospital geral, atualmente com 121 leitos, que oferece assistência de urgência e emergência a cerca de 450 mil habitantes da região, com uma média de 5.000 atendimentos mensais, com gerenciamento de protocolos de dor torácica, AVC com trombólise e sepses. O Ambulatório da unidade, estratificado por risco e integrado com a rede, atende cerca de 5.000 pacientes/por mês nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, neurologia adulto e infantil, ortopedia e otorrinolaringologia. Também oferece serviço de reabilitação para pacientes ortopédicos e neurológicos, adulto e infantil, com disponibilização de aproximadamente 1.030 vagas mensais, com equipe multidisciplinar que envolve, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acupuntura, ambulatório da dor e tai chi chuan. Disponibiliza também setor de apoio diagnóstico com exames de mamografia, tomografia, ecodopler, eletroencefalograma, eletroneurografia e ultrassonografia. O Convênio do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi celebrado em 07/08/2006 através do Convênio 01/2006-FMS entre a SPDM e a Prefeitura do Município de Guarulhos, com vigência de 5 (cinco) anos, com o objetivo de cooperação técnica para a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre convenentes, nas atividades de assistência médica, ensino e pesquisas praticadas no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, com intervenção do Sistema Único de Saúde. A unidade teve suas atividades iniciadas em 18/09/2006. Em 01/08/2011 tivemos a renovação da parceria com o Município através do Convênio 1222/2011-FMS com vigência inicial de 30 meses, se estendendo até a data de 31/07/2016 totalizando R\$ 126.220.000,00. Em 02/08/2016 foi celebrado um novo Convênio ente a instituição e o Município através do Convênio 0422/2016-FMS com vigência inicial de 12 meses, com montante estipulado em R\$ 84.000.000,00. Em 2017 tivemos dois aditamentos desse novo Convênio, totalizando o montante de R\$ 42.000.000,00 com período vigente até 01/08/2018. Em 2018 tivemos prorrogações desse novo Convênio, totalizando o montante de R\$ 40.800.000,00 com período vigente de 02/08/2018 até 01/02/2019.

Convênio nº 0422/2016-FMS

Valor dos Repasses	Vigência
Termo de Prorrogação nº 11-07/2018 FMS	R\$ 6.800.000,00
Termo de Prorrogação nº 13-08/2018 FMS	R\$ 6.800.000,00
Termo de Prorrogação nº 14-09/2018 FMS	R\$ 6.800.000,00
Termo de Prorrogação nº 16-01/2018 FMS	R\$ 20.400.000,00
Total	R\$ 40.800.000,00

A gestão da unidade tem a participação direta da comunidade, representada pelos membros do "Conselho Gestor", onde a comunidade participa ativamente das decisões sobre a gestão do Convênio. O Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso tem o reconhecimento de qualidade em sustentabilidade e responsabilidade social, e em 2016 obteve a Acreditação ONA Nível III.

Nota de Eventos Subsequentes: Em 02.02.2019 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina prorrogou o Convênio nº 0422/2016 por um período de 12 meses, com vigência até 01.02.2020 com

recursos mensais no valor de R\$ 6.800.000,00. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Res. CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.1 - Formalidade da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso. Rua São José do Paraíso, 100 - Bairro Imperial. Guarulhos - SP. CEP 07243-550 - CNPJ nº 61.699.567/0013-26. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002 R1) e suas alterações. O plano de contas a adotado atendem aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizadas conforme a codificação do plano de contas **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

3.3 - Receitas: O valor das receitas é o valor bruto das receitas menos as deduções legais e fiscais. **3.3.1 - Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições:** O valor das receitas brutas de serviços prestados com restrições é o valor bruto das receitas menos as deduções legais e fiscais. **3.3.2 - Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições:** O valor das receitas líquidas de serviços prestados com restrições é o valor das receitas brutas de serviços prestados com restrições menos as deduções legais e fiscais.

3.3.3 - Superávit/Déficit Bruto com Restrições: O valor do superávit/déficit bruto com restrições é o valor das receitas líquidas de serviços prestados com restrições menos as despesas operacionais com restrições. **3.3.4 - Despesas Operacionais com Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições.

3.3.5 - Superávit/Déficit Líquido com Restrições: O valor do superávit/déficit líquido com restrições é o valor do superávit/déficit bruto com restrições menos as despesas operacionais com restrições. **3.3.6 - Despesas Operacionais sem Restrições:** O valor das despesas operacionais sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições.

3.3.7 - Superávit/Déficit Bruto sem Restrições: O valor do superávit/déficit bruto sem restrições é o valor das receitas menos as despesas operacionais sem restrições. **3.3.8 - Despesas Operacionais sem Restrições:** O valor das despesas operacionais sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições.

3.3.9 - Superávit/Déficit Líquido sem Restrições: O valor do superávit/déficit líquido sem restrições é o valor do superávit/déficit bruto sem restrições menos as despesas operacionais sem restrições. **3.3.10 - Despesas Operacionais com Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições.

3.3.11 - Superávit/Déficit Bruto com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições é o valor das receitas menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.12 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.13 - Superávit/Déficit Líquido com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit líquido com restrições e sem restrições é o valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.14 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.15 - Superávit/Déficit Bruto com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições é o valor das receitas menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.16 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.17 - Superávit/Déficit Líquido com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit líquido com restrições e sem restrições é o valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.18 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.19 - Superávit/Déficit Bruto com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições é o valor das receitas menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.20 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.21 - Superávit/Déficit Líquido com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit líquido com restrições e sem restrições é o valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.22 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

3.3.23 - Superávit/Déficit Bruto com Restrições e sem Restrições: O valor do superávit/déficit bruto com restrições e sem restrições é o valor das receitas menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições. **3.3.24 - Despesas Operacionais com Restrições e sem Restrições:** O valor das despesas operacionais com restrições e sem restrições é o valor das despesas operacionais menos as despesas operacionais com restrições e sem restrições.

continua

...continuação

Tipo	Valores em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017
Materiais utilizados no setor de Nutrição	36.945,11	40.811,88
Materiais utilizados no setor de Farmácia	426.391,43	227.697,72
Materiais de Almoxarifado	57.385,16	201.509,52
Empréstimos a Terceiros	-	217.508,50
Total	520.721,70	687.527,62

3.7 - Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, é composto por bens de terceiros os quais são classificadas de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2018

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2018
Imobilizado - Bens de Terceiros	2.604.153,83	30.537,95	-	2.634.691,78
Bens Móveis	2.604.153,83	30.537,95	-	2.634.691,78
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratoriais	866.908,18	3.098,00	-	870.006,18
Equipamentos Processamento de Dados	370.326,20	591,00	-	370.917,20
Mobiliário em Geral	801.229,65	14.981,40	-	816.211,05
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	320.615,46	6.169,65	-	326.785,11
Veículos de Tração Mecânica	34.700,00	-	-	34.700,00
Aparelhos de Medição	18.911,55	-	-	18.911,55
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	5.419,00	-	-	5.419,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	108.252,92	2.581,90	-	110.834,82
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	18.272,08	1.620,00	-	19.892,08
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	52.993,69	1.496,00	-	54.489,69
Máquinas e Utensílios de Escritório	6.525,10	-	-	6.525,10
Total Imobilizado - Terceiros	2.604.153,83	30.537,95	-	2.634.691,78

3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2018

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Posição em 31/12/2018	Taxas anuais Médias de ajustes %
Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros				
Bens Móveis	(2.119.733,16)	(142.848,49)	(2.262.581,65)	
Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratoriais	(693.666,75)	(44.690,40)	(738.357,15)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(366.942,37)	(3.974,83)	(370.917,20)	20
Mobiliário em Geral	(601.176,94)	(61.702,69)	(662.879,63)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(246.570,97)	(21.878,47)	(268.449,44)	10
Veículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	-	(34.700,00)	20
Aparelhos de Medição	(15.566,98)	(562,80)	(16.129,78)	10
Aparelhos de Equipamentos de Comunicação	(2.639,99)	(415,40)	(3.055,39)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(100.293,85)	(2.213,20)	(102.507,05)	10
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(13.303,81)	(1.405,80)	(14.709,61)	10
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(39.999,61)	(5.344,66)	(45.344,27)	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(4.871,89)	(660,24)	(5.532,13)	10
Total Ajuste Vida Útil	(2.119.733,16)	(142.848,49)	(2.262.581,65)	

Bens de Terceiros**Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Intangível em 2018**

Descrição	Posição em 31/12/2017	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2018
Intangível	41.800,00	161.655,29	-	203.455,29
Softwares	41.800,00	161.655,29	-	203.455,29
Total Imobilizado - Terceiros	41.800,00	161.655,29	-	203.455,29

3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 Serviços de Terceiros Pessoa Física/Pessoa Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais. **3.12 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento. **3.13 - Provisão de Férias e Encargos:** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Estimativa rescisão contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R2), reafirmado no item 26 da resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1), que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado vide nota 3.3.2. **3.15 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.16 - Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofrerem as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. **3.17-Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. **3.18 - Acordo Trabalhista a pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2018 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.19 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso por vezes é acionada em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2018 era tida como provável, não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "provável", o valor apurado foi de R\$ 163.183.934,57. Em 31.12.2017 era tida como provável, não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 74.719.256,50. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2018, a SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como

"provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.329.890,74. Em 2017, a SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.616.883,03. Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" em 2018, não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 634.750,50. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade). **3.20 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.21 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R2) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 22.542.190,56 no Curto Prazo. **3.22 - Financiamentos/Empréstimos/ Parcelamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), de acordo com o prazo de pagamento do empréstimo estipulado em contrato.

Instituição	Tipo de Operação	Taxa %	Prazo	31/12/2018
Banco Bradesco	Capital de Giro	1,83	60 meses	10.982.924,46

3.23 - Recebimento de materiais de terceiros: Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.24 - Outros valores de terceiros:** Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.25 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.26 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R2), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebi-

7.1 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - Pimentas Bonsucesso, apresentou o seguinte relatório de execução em 2018:

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018					
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Saída Hospitalar - Total *	3.732	3.720	3.732	3.592	7.464	7.312
Cirurgia[U/E+Eletiva] - Total	-	797	-	805	-	1.602
Consulta de Urgência (PS)	30.000	44.783	30.000	41.408	60.000	86.191
Partos - Total	1.554	1.208	1.554	1.068	3.108	2.276
Atendimento ambulatorial - Total com Reabilitação	14.340	12.849	19.690	19.973	34.030	32.822
Consulta MÉDICA - Total	8.580	10.071	13.930	14.203	22.510	24.274
Reabilitação - Total	5.760	5.855	5.760	6.657	11.520	12.512
Cirurgia ambulatorial (CMA/cma)**	120	89	120	81	240	170
SADT Externo - Total	9.480	13.096	9.480	7.988	18.960	21.084
Laboratório Clínico [Int+ PS+ Ambulatório]	-	164.881	-	170.290	-	335.171
Diárias UTI - Total	5.508	4.871	5.508	4.676	11.016	9.547
Diárias UTI - Adulto	3.078	3.093	3.078	3.088	6.156	6.181
Diárias UTI - Neonatal	810	523	810	495	1.620	1.018
Diárias UCIN	1.620	1.255	1.620	1.093	3.240	2.348

8 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07.12.2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30.10.2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual

mento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2018 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 3.736,44, enquanto que em 2017 foi de R\$ 31.082,96. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênio R\$	
Convênio 0422/2016	79.874.998,11
Total	79.874.998,11

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10(R1) e 1409/12 (R1), no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R1 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R2), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Para que possamos ter o resultado contábil por competência, não aplicando a Resolução nº 1/305/13, o resultado contábil em 2018 seria o seguinte: Em 2018, a instituição reconheceu repasses no montante de R\$ 79.874.998,11, Receitas Financeiras no montante de R\$ 26.418,05 e outras receitas no montante de R\$ 213.711,51, esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 73.015.603,79. Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado superávit contábil no montante de R\$ 7.099.523,88. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), apresentou a seguinte produção em 2018:

Produção - 2018	SUS
Linha de Atendimento	SUS
INTERNAÇÕES	7.564
Saída Hospitalar	7.579
Nº de paciente dia	45.222
Nº de Cirurgias	1.602
nº de Partos	2.276
Diárias De UTI - Total	7.198
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	86.191
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	86.191
Atendimento Ambulatorial - Total	39.935
Consulta médica	25.064
Atendimento não médico	14.871
SADT - Total	60.231
Tratamento Especializado	958
Nefro-dialítico	958

aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 14.682.424,46. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **8.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme **continua**

descrito no item 8-Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 12.204.931,31. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 12.285.119,54. **8.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2018 atingiu um montante de R\$ 293.436,39. Em 2017 o referido valor de receita totalizou R\$ 449.048,35. **8.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 2.184.056,76. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 2.357.309,82. **8.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reco-

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Paulo Fernando G. M. Tierno
Diretor Técnico

Jaqueline Aparecida Gonçalves dos Santos
Contadora - CRC 1SP272093/O-3

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Continuidade de Gerenciamento:** Em 02.02.2018 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina prorrogou o Convênio Nº 0422/2016 por um período de 06 meses, com vigência até 01.08.2018 com recursos mensais no valor de R\$ 7.000.000,00. Em 2018 tiveram prorrogações desse novo Convênio, totalizando o montante de R\$ 34.000.000,00 com período vigente de 02/08/2018 até 01/02/2019. Em 02.02.2019 a

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina prorrogou o Convênio Nº 0422/2016 por um período de 12 meses, com vigência até 01.02.2020 com recursos mensais no valor de R\$ 6.800.000,00. A entidade participou do Chamamento Público Nº 06/2017 cujos documentos foram entregues em 12.03.2018 e aguarda o resultado do chamamento público para dar continuidade a gestão dos serviços de saúde no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os ris-

cos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, obliu, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29.03.2019. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619

Veritas Educacional a Participações S.A.

CNPJ/MF nº CNPJ nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sa. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **A Diretoria.**

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro por ação)

Balanços Patrimoniais				Demonstrações dos Resultados				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita líquida	Controladora		Consolidado		Reservas de lucros			Total do Patrimônio Líquido					
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros		Lucros Acumulados				
Circulante	44	6.480	28.199	48.125	-	-	115.788	113.022	70.450	728	10.380	-	81.558					
Caixa e equivalentes de caixa	35	62	13.429	34.317	-	-	(57.266)	(46.357)	-	-	-	-	-					
Contas a receber	-	-	10.835	10.492	-	-	58.522	66.665	-	-	-	-	-					
Dividendos a receber	-	6.404	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Tributos a recuperar	9	2	513	356	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Adiantamento a funcionários	-	-	2.463	2.508	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Outras contas a receber	-	12	959	452	-	-	(5.790)	(2.814)	-	-	-	-	-					
Não circulante	100.456	105.462	115.700	156.704	Despesas e receitas operacionais:	(72)	(46)	(23.488)	(30.384)	70.450	2.074	33.023	105.547					
Contas a receber	-	-	2.816	691	Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-					
Partes relacionadas	-	-	20.480	-	Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-					
Depósitos judiciais	-	-	643	178	Resultado de equivalência patrimonial	32.844	26.965	-	-	-	-	-	-					
Tributos diferidos	-	-	17.401	1.951	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	5.444	133	-	-	-	-					
Garantia	-	-	6.141	9.339	Lucro antes das despesas e receitas financeiras	32.772	26.919	34.688	33.600	-	-	-	-					
Investimentos	100.456	105.462	-	-	Receitas financeiras	40	4	2.836	2.848	-	-	-	-					
Imobilizado, líquido	-	-	16.629	14.045	Despesas financeiras	(3)	-	(2.945)	(6.118)	-	-	-	-					
Intangível, líquido	-	-	51.590	130.500	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	32.809	26.923	34.579	30.330	3.904	-	-	3.904					
Total do ativo	100.500	111.942	143.899	204.829	IRPJ e CSLL	-	-	(351)	(412)	-	-	-	-					
Passivo e patrimônio líquido	-	6.395	29.482	39.400	Corrente	-	-	(1.419)	(2.995)	-	-	6.394	-					
Circulante	-	6.395	29.482	39.400	Diferido	-	-	(1.419)	(2.995)	-	-	-	-					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	57	Lucro líquido do exercício	32.809	26.923	32.809	26.923	-	-	-	-					
Fornecedores	-	-	914	880	Lucro por ação - R\$	0,4413	0,3822	-	-	-	-	-	-					
Obrigações trabalhistas	-	-	8.920	10.126	Demonstrações do Resultado Abrangente	32.809	26.923	32.809	26.923	74.354	2.074	24.072	100.500					
Obrigações tributárias	-	-	1	518	Controladora	2018	2017	2018	2017	Controladora	2018	2017	Consolidado					
Dividendos a pagar	-	6.394	-	6.394	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018					
Adiantamentos de clientes	-	-	1.160	969	32.809	26.923	32.809	26.923	32.809	26.923	34.579	30.330	34.579					
Obrigações por aquisição de participações societárias	-	-	16.706	15.698	Total do resultado abrangente do exercício	32.809	26.923	32.809	26.923	32.809	26.923	32.809	26.923					
Outras contas a pagar	-	-	1.264	1.430	de Contabilidade - CFC. 3. Principais Práticas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão descritas a seguir: a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) Estimativas Contábeis: A elaboração de Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas e as premissas são revisadas pelo menos anualmente. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. d) Contas a receber: Correspondem aos valores a receber de clientes na prestação de serviços pela Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para <i>impairment</i> . e) Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. f) Ativos intangíveis: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. g) Obrigações a pagar: As contas a pagar referem-se a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. h) Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). k)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Não circulante	-	13.917	59.882	59.882	Capital social	74.354	70.450	74.354	70.450	Reservas e lucros (prejuízos) acumulados	26.146	35.097	26.146	35.097				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	81	Total do passivo e patrimônio líquido	100.500	111.942	143.899	204.829	Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas								
Obrigações tributárias	-	-	-	18.522	1. Informações Gerais: A Veritas Educacional A Participações S.A. (Veritas A), com sede no município de São Paulo-SP, tem como objeto social a participação societária em outras sociedades. Em 02/04/2018 a Companhia ACEF S.A., concluiu a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - FTSG), CESUCA - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. (CESUCA - Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves). As Instituições adquiridas oferecem ensino superior desde 1999 e conta com dezenas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: A Administração entende que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal	-	-	-	9.042	Capital social	74.354	70.450	74.354	Reservas e lucros (prejuízos) acumulados	26.146	35.097	26.146	35.097
Provisão para demandas judiciais	-	-	6.785	9.612	Total do passivo e patrimônio líquido	100.500	111.942	143.899	204.829	Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas								
Obrigações por aquisição de participações societárias	-	-	7.044	22.317	1. Informações Gerais: A Veritas Educacional A Participações S.A. (Veritas A), com sede no município de São Paulo-SP, tem como objeto social a participação societária em outras sociedades. Em 02/04/2018 a Companhia ACEF S.A., concluiu a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - FTSG), CESUCA - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. (CESUCA - Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves). As Instituições adquiridas oferecem ensino superior desde 1999 e conta com dezenas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: A Administração entende que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal	-	-	-	81	Capital social	74.354	70.450	74.354	Reservas e lucros (prejuízos) acumulados	26.146	35.097	26.146	35.097
Outras contas a pagar	-	-	87	308	Total do passivo e patrimônio líquido	100.500	111.942	143.899	204.829	Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas								
Patrimônio líquido	100.500	105.547	100.500	105.547	1. Informações Gerais: A Veritas Educacional A Participações S.A. (Veritas A), com sede no município de São Paulo-SP, tem como objeto social a participação societária em outras sociedades. Em 02/04/2018 a Companhia ACEF S.A., concluiu a aquisição da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha - FTSG), CESUCA - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. (CESUCA - Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda. e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves). As Instituições adquiridas oferecem ensino superior desde 1999 e conta com dezenas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: A Administração entende que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal	74.354	70.450	74.354	70.450	Reservas e lucros (prejuízos) acumulados	26.146	35.097	26.146	35.097	26.146	35.097	26.146	35.097

São Paulo, 02/04/2019.

Hermes Ferreira Figueiredo
Presidente
Jussara Rovani Mendonça Camata
Contadora - CRC SP-264059/O-7